



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

10º EXAME DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

NOVA FRIBURGO

ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE E DE
ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

- 2025 -

DIREITO CONSTITUCIONAL

1) João, ex-servidor público estadual, foi demitido do cargo público que ocupava, por prática de ilícito funcional enquadrada como abandono de cargo. João entende, porém, que o ato de demissão foi ilegal, uma vez que não lhe foi oportunizada manifestação no processo administrativo, violando os princípios do contraditório e da ampla defesa. Além disso, João sustenta que suas faltas ocorreram com justa causa, devidamente chanceladas pelo seu superior hierárquico, o que poderia ser verificado por simples análise documental dos seus assentos funcionais.

Certo de que possui direito líquido e certo à anulação do ato, assinale o instrumento processual adequado a ser manejado por João:

- a) Mandado de Injunção;
- b) Habeas Data;
- c) Habeas Corpus;
- d) Mandado de Segurança;
- e) Ação Popular.

2) O poder constituinte derivado reformador possui limitações materiais que não podem ser ultrapassadas, sob pena de inconstitucionalidade da Emenda Constitucional respectiva, por violação a cláusula pétreia.

Em relação aos limites materiais textualmente expressos no art. 60, §4º da Constituição Federal, NÃO se encontra previsto(a):

- a) o voto periódico, secreto, direto e universal;
- b) o sistema presidencialista de governo;
- c) a separação de poderes;
- d) os direitos e garantias individuais;
- e) a forma federativa de Estado.

3) A hermenêutica constitucional possui princípios específicos, desenvolvidos pela doutrina, para interpretar a Constituição.

Diante de normas constitucionais aparentemente conflitantes, o intérprete deve considerar a Constituição na sua globalidade e harmonizar os espaços de tensão entre as normas constitucionais, valendo-se para tanto do seguinte princípio constitucional de interpretação:

- a) Princípio da unidade da constituição;
- b) Princípio da força normativa;
- c) Princípio da razoabilidade;
- d) Princípio da máxima efetividade;
- e) Princípio da proporcionalidade.

4) Sobre o controle abstrato de constitucionalidade de leis municipais realizado pelos Tribunais de Justiça estaduais, utilizando como parâmetro normas da Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

- a) não é possível, pois os Tribunais de Justiça estaduais não realizam controle abstrato de constitucionalidade de leis municipais;
- b) é possível, pois as leis municipais estão sujeitas ao controle de constitucionalidade abstrato apenas nos Tribunais de Justiça estaduais, não podendo, em nenhuma hipótese, serem impugnadas no Supremo Tribunal Federal;
- c) é possível, desde que o parâmetro de controle invocado seja norma de reprodução obrigatória da Constituição Federal pelos Estados;
- d) não é possível, pois a Constituição Federal só pode servir de parâmetro de controle abstrato de constitucionalidade no âmbito do Supremo Tribunal Federal;
- e) é possível, pois a Constituição Federal pode, em qualquer caso, servir de parâmetro de controle abstrato de constitucionalidade no âmbito dos Tribunais de Justiça estaduais.

5) A respeito dos direitos e garantias individuais, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local e seja obtida prévia e expressa autorização da autoridade competente;
- b) a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;
- c) são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;
- d) as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado;
- e) é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.

6) Sobre as formas de Estado, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Nos Estados unitários, não há descentralização das funções estatais;
- b) Nos Estados federais, os entes federados possuem autonomia, mas não possuem soberania;
- c) Não é possível a dissolução parcial dos Estados federais;
- d) Estados regionais são modalidades de Estados unitários;
- e) Nos Estados federais, há uma ordem jurídica correspondente à União e outra, aos entes federais, caracterizando a superposição de ordens jurídicas.

7) A respeito da competência para explorar os serviços locais de gás canalizado, é correto afirmar que:

- a) A competência é do Município, por se tratar de matéria de interesse local;
- b) A competência é da União, por ser competente para legislar sobre petróleo;
- c) A competência é da União, podendo ser delegada ao Estado, mediante Lei Complementar;
- d) A competência é originária do Estado, que pode explorar o serviço diretamente ou mediante concessão;
- e) A competência é originária do Estado, podendo ser delegada ao Município, mediante Lei Complementar.

8) A distribuição de competências entre União, Estados e Municípios, estabelecida na Constituição Federal, é guiada pelo seguinte princípio:

- a) Princípio da moralidade;
- b) Princípio da impessoalidade;
- c) Princípio da força normativa;
- d) Princípio da razoabilidade;
- e) Princípio da predominância do interesse.

9) De acordo com o processo legislativo estabelecido na Constituição Federal, é correto afirmar que:

- a) Leis Complementares serão aprovadas por maioria simples;
- b) A proposta de Emenda à Constituição será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em um único turno, considerando-se aprovada se obtiver dois terços dos votos dos respectivos membros;
- c) Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional;
- d) É admitido, em qualquer caso, aumento de despesa em projetos de Lei de iniciativa privativa do Presidente da República;
- e) Decorrido o prazo de trinta dias, o silêncio do Presidente da República importará sanção do Projeto de Lei.

10) São legitimados para propor a ação direta de inconstitucionalidade, EXCETO:

- a) a Mesa de Assembleia Legislativa;
- b) o Defensor Público-Geral da União;
- c) o Procurador-Geral da República;
- d) o partido político com representação no Congresso Nacional;
- e) o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

DIREITO CIVIL

11) Para que o ser humano possa exercer pessoalmente seus direitos, o ordenamento jurídico brasileiro exige que a pessoa humana seja dotada de *capacidade*. A respeito da capacidade, segundo o Código Civil, marque a alternativa CORRETA:

- a) São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 18 (dezoito) anos.
- b) A colação de grau em curso de ensino superior por menor, por si só, não cessa a incapacidade, havendo a necessidade de ter economia própria.
- c) Cessará, para os menores, a incapacidade pela concessão dos pais, ainda que por um só deles, independentemente de homologação judicial ou instrumento público, se o menor tiver 16 (dezesesseis) anos completos.
- d) a incapacidade cessará para os menores pelo exercício de emprego público efetivo ou transitório.
- e) São incapazes relativamente aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade.

12) De acordo com a doutrina, os direitos da personalidade correspondem a atributos inerentes e exclusivos da pessoa humana, que exigem especial proteção por parte da ordem jurídica. Acerca desses direitos, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária, não comportando qualquer exceção, em respeito ao princípio da dignidade da pessoa humana.
- b) É válida, com objetivo científico, ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, porém apenas em parte, para depois da morte.
- c) Sem autorização, não se pode usar o nome alheio em propaganda comercial, sendo possível também o recebimento de indenização nos casos de publicação não autorizada de imagem de pessoa com fins econômicos ou comerciais.
- d) Pode-se exigir que cesse a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade, e reclamar perdas e danos, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei. Em se tratando de morto, somente terá legitimação para requerer a medida o cônjuge sobrevivente e descendentes diretos.
- e) A vida privada da pessoa natural é inviolável, e o juiz, ainda que de ofício, poderá adotar as providências necessárias para impedir ou fazer cessar ato contrário a esta norma.

13) Sobre as Pessoas Jurídicas, dentre as alternativas abaixo, qual NÃO pode ser classificada como Pessoa Jurídica de Direito Público interno:

- a) União
- b) Município de Nova Friburgo
- c) Distrito Federal
- d) Sociedade de Economia Mista Federal
- e) Autarquia Municipal

14) Maria é servidora pública do Município de Nova Friburgo, mas reside com seu marido no Município de Cachoeira de Macacu. Seu esposo, João, é militar da Aeronáutica, estando subordinado a um Comando cuja sede se localiza no Município do Rio de Janeiro. Com base nessas informações, é CORRETO afirmar que:

- a) Maria, por ser servidora pública municipal, possui domicílio exclusivamente no Município de Nova Friburgo.

- b) Maria possui três domicílios: um em Nova Friburgo, por exercer cargo público municipal; outro em Cachoeira de Macacu, onde efetivamente reside; e outro no Rio de Janeiro, em razão de ser casada com militar cuja sede do Comando está localizada nesse município.
- c) Maria possui dois domicílios: um necessário, no Município de Nova Friburgo, em razão do exercício do cargo público; e outro em Cachoeira de Macacu, onde reside.
- d) João, por ser militar, possui domicílio exclusivamente no Município do Rio de Janeiro, sede do Comando ao qual está subordinado.
- e) Maria possui domicílio exclusivamente no Município de Cachoeira de Macacu, onde efetivamente reside.

15) Sobre os Bens Públicos, é CORRETO afirmar:

- a) são alienáveis os bens dominicais.
- b) são inalienáveis os desafetados.
- c) são alienáveis os do uso comum do povo.
- d) são alienáveis os de uso especial.
- e) bens dominicais e bens de uso comum do povo são equivalentes.

16) Sobre os Negócios Jurídicos, com base no Código Civil, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Para validade do Negócio Jurídico é necessário: agente capaz, objeto lícito, possível, determinado ou determinável; forma prescrita em lei.
- b) Os negócios jurídicos benéficos e a renúncia interpretam-se estritamente.
- c) Não dispondo a lei em contrário, a escritura pública é essencial à validade dos negócios jurídicos que visem à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis de valor superior a 100 (cem) vezes o maior salário mínimo vigente no País.
- d) Nas declarações de vontade se atenderá mais o sentido literal da linguagem do que à intenção nelas consubstanciada, em razão da segurança jurídica.
- e) Os negócios jurídicos devem ser interpretados, quando possível, conforme a boa-fé.

17) João estava em casa com sua mãe quando ela sofreu um grave mal-estar. Diante da urgência da situação, ele a levou prontamente à unidade de emergência mais próxima, onde foi constatada a necessidade de internação imediata em Unidade de Terapia Intensiva (UTI), sob risco iminente de morte. Como a unidade não dispunha de leito disponível, João optou por encaminhá-la a um hospital particular da região. No entanto, o hospital não aceitava o plano de saúde da paciente. Em razão da gravidade do quadro, João celebrou contrato com o hospital, concordando com o pagamento de um valor muito superior à média praticada no mercado, exigido pelo hospital. Em análise ao caso acima, qual é o vício inerente ao negócio jurídico celebrado por João:

- a) Estado de necessidade
- b) Coação
- c) Dolo
- d) Fraude
- e) Estado de Perigo

18) Sobre o instituto da Prescrição, segundo o Código Civil, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Não corre prescrição entre os cônjuges, na constância da sociedade conjugal.
- b) Não é possível a renúncia da prescrição no direito brasileiro, em razão do princípio da segurança jurídica.
- c) Os prazos de prescrição não podem ser alterados por acordo das partes.
- d) A prescrição pode ser alegada em qualquer grau de jurisdição, pela parte a quem aproveita.
- e) Não corre prescrição entre pais e filhos, durante o poder familiar.

19) Segundo a doutrina, a boa-fé objetiva consiste em uma cláusula geral que impõe às partes o dever de adotar comportamentos pautados na lealdade e na confiança recíproca nas relações jurídicas. Assinale a alternativa que NÃO representa um desdobramento direto do princípio da boa-fé objetiva:

- a) *Venire contra factum proprium*

- b) *Suppressio*
- c) *Surrectio*
- d) Função Social
- e) *Tu quoque*

20) Sobre a teoria geral dos contratos, é CORRETO afirmar:

- a) Não é lícito as partes estipularem contratos atípicos.
- b) Pode ser objeto de contrato herança de pessoa viva.
- c) A liberdade de contratar é ampla, podendo ultrapassar os limites da função social, desde que os contratantes sejam pessoas capazes.
- d) Apenas os contratos empresariais presumem-se paritários e simétricos, até a presença de elementos concretos que justifiquem o afastamento dessa presunção, ressalvados os regimes jurídicos previstos em leis especiais.
- e) Os contratantes são obrigados a guardar, assim na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios de probidade e boa-fé.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

21) O Código de Processo Civil traz relevantes normas gerais, sobre as quais é incorreto afirmar que:

- a) Aquele que de qualquer forma participa do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé;
- b) Nunca se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida;
- c) O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício;
- d) As partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, incluída a atividade satisfativa;
- e) O processo começa por iniciativa da parte e se desenvolve por impulso oficial, salvo as exceções previstas em lei.

22) Quanto ao interesse de agir e à legitimidade, é possível destacar que:

- a) O interesse do autor pode limitar-se à declaração da existência, da inexistência ou do modo de ser de uma relação jurídica, bem como à declaração da autenticidade ou da falsidade de documento;
- b) Ninguém poderá pleitear direito alheio em nome próprio, em nenhuma hipótese;
- c) A petição inicial será recebida, com a determinação de citação da outra parte, mesmo quando manifestamente ilegítima a parte Autora;
- d) Segundo o CPC, mesmo verificando ausência de legitimidade ou interesse processual, o mérito da demanda será resolvido;
- e) A substituição processual é um exemplo de exercício do direito de ação por parte ilegítima.

23) São deveres das partes no processo, exceto:

- a) Não produzir provas e não praticar atos inúteis ou desnecessários à declaração ou à defesa do direito;
- b) Expor os fatos em juízo conforme a verdade;
- c) Aceitar a proposta de composição formulada pela parte contrária, de modo a encerrar o litígio;
- d) Evitar empregar expressões ofensivas nos escritos apresentados;
- e) Cumprir com exatidão as decisões jurisdicionais, de natureza provisória ou final, e não criar embaraços à sua efetivação.

24) Qual seria um exemplo de litigância de má-fé?

- a) Recorrer da decisão judicial com a qual não concorda;
- b) Pleitear perdas e danos da outra parte;
- c) Não cumprir uma decisão liminar reformada em grau recursal;
- d) Requerer ao juízo o andamento do feito;
- e) Apresentar resistência injustificada ao andamento do processo, ou mesmo provocar incidente manifestamente infundado.

25) Considera-se uma das prerrogativas processuais da Fazenda Pública em juízo:

- a) Prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da publicação do ato no Diário Oficial;
- b) Oitiva em todos os casos dos procedimentos de jurisdição voluntária;
- c) Procedimento próprio para o cumprimento de sentença que determine o pagamento de quantia certa;
- d) Fixação de honorários com critério semelhante ao utilizado para outras partes;
- e) Não impugnando a execução, pagamento imediato das obrigações por quantia certa.

26) O procedimento comum apresenta dentre suas características, salvo:

- a) Apresentação da petição inicial instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação;
- b) Possibilidade de indeferimento liminar do pedido que contrarie precedentes de efeito vinculante;
- c) Réplica do autor, sempre que alegadas em defesa questões relacionadas a nulidades que podem levar à extinção da ação;
- d) Julgamento antecipado do mérito, quando não houver necessidade de produção de outras provas, a critério do Autor;
- e) Realização de audiência de instrução e julgamento, com prévia tentativa de conciliação das partes, independentemente de tentativa anterior.

27) Sabe-se que a sentença proferida pelo juiz pode ou não resolver o mérito. A esse respeito, marque a alternativa correta:

- a) Haverá resolução de mérito quando o juiz homologar a transação, mas isso não ocorre quando houver o reconhecimento da procedência do pedido;
- b) O pronunciamento judicial que não resolve o mérito obsta a que a parte proponha nova ação;
- c) Oferecida a contestação, a extinção do processo por abandono da causa pelo autor independe de requerimento do réu;
- d) O juiz não resolverá o mérito quando reconhecer a existência de preempção, de litispendência ou de coisa julgada;
- e) Ainda que não oferecida a contestação, o autor não poderá, sem o consentimento do réu, desistir da ação.

28) Quando um recurso é distribuído ao Relator, a ele incumbe algumas tarefas, salvo:

- a) Dirigir e ordenar o processo no tribunal, inclusive em relação à produção de prova, bem como, quando for o caso, homologar autocomposição das partes;
- b) Não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida;
- c) Intimar as partes para manifestação sempre que constatar a ocorrência de fato superveniente à decisão recorrida ou a existência de questão apreciável de ofício ainda não examinada que devam ser considerados no julgamento do recurso;
- d) Julgar diretamente o recurso se a decisão recorrida for contrária a súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio Tribunal;
- e) Julgar diretamente o recurso se entender que está suficientemente instruído, evitando sobrecarga dos demais julgadores do colegiado.

29) O que é o incidente de resolução de demandas repetitivas?

- a) É o julgamento realizado pelo juiz de primeiro grau liminarmente, diante de casos semelhantes já julgados por ele;
- b) É o procedimento cabível diante da efetiva repetição de processos que contenham controvérsia sobre a mesma questão unicamente de direito, e que apresentem risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica;
- c) É o julgamento monocrático realizado pelo Relator do recurso;
- d) É o incidente criado com o objetivo de evitar repetição de casos que discutam os mesmos fatos;
- e) É o procedimento que visa unificar a divergência entre entendimentos de Tribunais distintos.

30) Sobre recursos, é incorreto afirmar:

- a) Cada parte interporá o recurso independentemente, no prazo e com observância das exigências legais;
- b) A renúncia ao direito de recorrer independe da aceitação da outra parte;
- c) O julgamento proferido pelo tribunal substituirá totalmente a decisão impugnada, em qualquer caso;
- d) As questões de fato não propostas no juízo inferior poderão ser suscitadas na apelação, se a parte provar que deixou de fazê-lo por motivo de força maior;
- e) Também caberá agravo de instrumento contra decisões interlocutórias proferidas na fase de liquidação de sentença ou de cumprimento de sentença, no processo de execução e no processo de inventário.